

administração

AS ACTIVIDADES BIBLIOTECÁRIAS EM MACAU: ESTRATÉGIAS PARA O PERÍODO DE TRANSIÇÃO*

Wong Kuok Keong **

I — INTRODUÇÃO

Na avaliação do grau de desenvolvimento e prosperidade de uma sociedade, para além da sua capacidade militar e da vertente económica, deve entrar em linha de conta o desenvolvimento das actividades bibliotecárias de um país. Macau encontra-se na fase final do período de transição. Muitos estudiosos e especialistas olham para as vantagens económicas que Macau adquiriu e para as repercussões políticas, mas em geral descuram o desenvolvimento e a avaliação da situação das actividades bibliotecárias. Por isso, o presente artigo procura analisar e alertar para os problemas actualmente existentes, na óptica cultural China-Occidente, dos recursos humanos e materiais, da gestão do sistema, do *know-how*, da função social, dos dispositivos existentes e do funcionamento das bibliotecas, dos problemas que merecem a atenção dos bibliotecários e das estratégias para os ultrapassar.

II — ACTIVIDADES BIBLIOTECÁRIAS EM MACAU EM 1985

De um modo geral, em 1985, o público não se encontrava sensibilizado para frequentar as bibliotecas. No balcão da biblioteca, ouvia-se frequentemente o seguinte: «Senhor, quero 'alugar' um livro, quanto custa?» A biblioteca era considerada um sítio de aluguer de livros. Isto compreende-se, porque nessa altura só existiam a Sala de Leitura anexa

* O presente artigo foi adaptado da comunicação apresentada na 9.^a Assembleia Anual das Ciências Sociais e 8.^a Conferência sobre as Relações entre a Província de Cantão e o Território de Macau, realizada em Setembro de 1995, em Macau.

** Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Associação das Ciências Sociais de Macau e Adjunto do Director da Biblioteca da Universidade de Macau.

à Associação Comercial de Macau, a Biblioteca Nacional, (actual Biblioteca Central), a Biblioteca do Leal Senado, a Biblioteca da Universidade da Ásia-Oriental, (actual Universidade de Macau;), a Biblioteca D. Policarpo, e as bibliotecas de alguns estabelecimentos de ensino primário e secundário, que no total não continham mais de 150 mil volumes, sendo a maioria destas publicações em língua estrangeira. Havia menos do que cinco pessoas com formação nesta área. Em relação à variedade de serviços, embora se realizassem de vez em quando exposições gerais e temáticas sobre livros, o serviço restringia-se principalmente ao empréstimo de livros.

Resumindo, essa época é considerada como a fase de arranque das actividades bibliotecárias, em que se verificava a falta de promoção e de diálogo com o público, a carência de bibliotecários profissionais, um reduzido número de livros, uma política relativamente fechada e passiva, com fortes características coloniais e a relativamente baixa formação académica dos leitores. Além disso, o público não conhecia a função da biblioteca.

III — ACTIVIDADES BIBLIOTECÁRIAS EM MACAU EM 1995

*«Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades
muda-se o ser, muda-se a confiança
todo o Mundo é composto de mudança,
tomando sempre novas qualidades.»*

Luís de Camões, Lírica

Foi com a evolução económica do Território, com a melhoria das condições de vida, da qualidade de formação da sua população e a mudança de políticas governamentais e comunitárias que as actividades bibliotecárias se desenvolveram. Posteriormente, criaram-se bibliotecas e unidades de informação e documentação nos serviços públicos, nos estabelecimentos de ensino, nas instituições religiosas, nas associações e nos jornais, como por exemplo: a Biblioteca Sir Robert Ho Tung com cinco dependências, as duas bibliotecas itinerantes da Biblioteca Central, a Biblioteca do Instituto Politécnico de Macau, a Biblioteca do Centro de Pastores Juvenis, hoje Centro Pastoral da Juventude, a Biblioteca do Instituto Internacional de Software da Universidade das Nações Unidas, reunindo no total, cerca de 400 mil volumes, incluindo livros, publicações regulares e microfilmes, audio-visuais, CD-ROM e VCD. Estas bibliotecas fornecem serviços diversificados, como por exemplo, exposições temáticas, consultas e guias de utilização. No que diz respeito ao funcionamento, as bibliotecas encontram-se informatizadas e ligadas à Internet. Relativamente à formação profissional, actualmente existem cerca de 20 bibliotecários profissionais. Em 1991, realizou-se, pela primeira vez, um curso de formação de curta duração

orientado pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública para os que trabalhavam nas bibliotecas. Em 1992, a licenciatura em Língua e Cultura Portuguesas, na sua variante de Ciências Documentais, entrou em funcionamento no Instituto de Estudos Portugueses da Universidade de Macau. Em 1994, criaram-se cursos de curta duração para os funcionários das bibliotecas dos estabelecimentos de ensino na Associação da Educação Chinesa. De resto, existem, entre outros, instrumentos de pesquisa, bases de dados, informações telefónicas, catálogos bibliotecários, legismac e publicações com recortes dos artigos publicados em jornais.

O período, durante o qual apareceram muitos artigos que se debruçavam sobre as actividades bibliotecárias, é considerado como de desenvolvimento. Comparando com 1985, verifica-se um avanço significativo tanto nos recursos materiais como nos humanos. Porém, isto não significa que as actividades bibliotecárias do Território tivessem atingido o padrão internacional. Pelo contrário, com o aumento contínuo das exigências do público, as reclamações frequentemente apresentadas por parte dos leitores mostram obviamente que há algo ainda para melhorar. A seguir, aborda-se como é que podemos preservar os valores alcançados em Macau nesta fase de transição e como melhorar a qualidade dos serviços bibliotecários.

IV — ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

1. PRESERVAÇÃO DA CULTURA CHINESA E OCIDENTAL

A história da imprensa de Macau remonta ao séc. XVI, e ao longo destes séculos, as bibliotecas de Macau receberam muitas publicações do Ocidente e possuem actualmente muitas obras antigas, património cultural esse que merece a nossa atenção, como a preservação, inventariação, tradução, reedição e divulgação. De acordo com a legislação que obriga ao Depósito Legal, a Biblioteca Central tem recebido muitas publicações em português enviadas de Portugal que contêm informações que provavelmente não têm utilidade para a futura Região Administrativa Especial de Macau, mas poderão ser dados valiosos para os estudos portugueses no Sudeste da Ásia, desde que sejam bem preservados. Também podemos pensar na futura colaboração com Portugal depois de 1999, para que se mantenha a troca recíproca de publicações.

Por outro lado, com o fim de século, muitas das obras antigas chinesas e estrangeiras reaparecerão. As bibliotecas devem aproveitar bem esta oportunidade de recolhê-las; eis o momento para que o Governo e as bibliotecas de grande dimensão estudem e coordenem as medidas e linhas de orientação para preservar a documentação actualmente existente.

2 REFORÇO DO CONCEITO DA PARTILHA DOS RECURSOS

Até hoje, não tem havido um orçamento anual previsto para aquisição de livros, devido aos limitados recursos que a Administração dedica às bibliotecas. Os bibliotecários não podem de maneira nenhuma efectuar um planeamento eficaz, nem adquirir em quantidade publicações em chinês, devido às carências orçamentais. Assim, verifica-se uma inadequada distribuição de publicações, dada que a maioria da população é chinesa. Embora nos estabelecimentos de ensino superior exista uma verba fixa prevista para a aquisição de publicações e livros, é evidente a sua insuficiência e, se a compararmos com as de Hong Kong, verificamos são inferiores em mais de dez vezes. Para evitar adquirir os mesmos livros e poupar os limitados recursos financeiros, as bibliotecas devem elaborar, em conjunto, políticas de armazenamento geral e específico dos livros e projectos de colaboração para aquisição, de forma a obterem uma partilha adequada dos recursos e serviços. No entanto, é de salientar a importância em constituir, antes de 1999, um sistema de colaboração que corresponda às necessidades futuras.

3. INTENSIFICAÇÃO DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A análise do quadro actual das bibliotecas de Macau pode dividir-se em duas partes. Quanto à primeira, sabemos que a maioria da documentação das bibliotecas e dos arquivos de dados temáticos é em português. Os seus bibliotecários são também maioritariamente ou portugueses ou macaenses e muitos deles vão pedir exoneração ou aposentação antes, ou mesmo, depois de 1999. É possível que venham a existir falhas na localização dado o curto espaço de tempo que falta e a especialização que a actividade exige. Quanto à segunda, existem cerca de quinze bibliotecários especializados que têm desempenhado funções muito específicas, como a de classificação, indexação e de catalogação de documentos, funções estas que não os disponibilizam para outras áreas. No entanto, a licenciatura em Língua e Cultura Portuguesas, na sua variante de Ciências Documentais da Universidade de Macau, ensina apenas o sistema de Portugal, desligado da realidade do Território, para além dos seus estudantes serem geralmente portugueses e macaenses.

Pensa o autor que, para ultrapassar os obstáculos descritos, se torna necessário intensificar as acções de formação profissional e de reciclagem, elevar os conhecimentos linguísticos dos bibliotecários, tanto em chinês como em português, bem como facultar a alguns dos bibliotecários oportunidades de formação adequada para se tornarem formadores no futuro. Por isso, rever o plano curricular da licenciatura em Ciências Documentais da Universidade de Macau, em conjunto, com bibliotecários profissionais chineses, é imprescindível, para que se torne num curso útil a Macau. Em vez de só se destinar à formação dos quadros de Portugal, há que adaptá-lo para os estudantes chineses e para as necessidades de Macau pós 1999. Será possível também criar biblio-

tecários diplomados com a finalidade de permitir a mais de duzentos bibliotecários a oportunidade de aprofundarem os seus conhecimentos. Além disso, a Administração deve pensar em promover formação de curta duração nesta especialidade, por exemplo, no seio do Instituto Politécnico de Macau.

4. INTENSIFICAÇÃO DA COORDENAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS

Devido a factores políticos, de recursos humanos, dos objectivos das diferentes bibliotecas e à falta de uma coordenação entre elas, nomeadamente na classificação, tematização, indexação, catalogação, verificam-se muitas vezes esforços inúteis. Vejamos um caso: um mesmo livro pode ser tratado de forma diferente em várias bibliotecas; sendo assim, acho que é aconselhável a criação de um grupo técnico para coordenar os trabalhos. A Direcção dos Serviços da Administração e Função Pública poderá coordenar os serviços de informação da Administração; a Biblioteca Central encarregar-se-á do planeamento dos serviços das bibliotecas públicas e a biblioteca da Universidade de Macau ou a do Instituto Politécnico de Macau será responsável pelos serviços técnicos das bibliotecas dos estabelecimentos de ensino superior. Também será útil e prático para os leitores a constituição da rede de pesquisa e de uma base de dados de todas as bibliotecas de Macau e a criação de um projecto de estudos para a coexistência das diferentes *Machine Readable Catalog*¹.

Por último, salienta-se a urgência da elaboração dum Ficheiro Mestre² com a referência a pessoas, a vias públicas, de pontos turísticos, de serviços públicos, de associações e dos manuais técnicos das diversas áreas, bem como a uniformização da terminologia, de forma a melhor regulamentar a enorme quantidade de documentação em português que permanecerá no Território para além de 1999.

¹ Machine Readable Catalog — MARC (Catálogo de Máquina Legível). Nas bibliotecas, o procedimento da introdução de dados exige um sistema definido de introdução de programas (por ex: título; autor... etc..). A utilização de sistema varia de país para país. Em Hong Kong e nos territórios de tradição anglo-saxónica adoptou-se o US MARC; em Portugal e em alguns países europeus foi o sistema UNI MARC o adoptado; a China utiliza CHINESE MARC. A adopção de sistemas diferentes causa frequentemente problemas na troca de informações. Devido aos elevados custos materiais, recursos humanos exigidos e tempo para mudança de sistema, ainda não se adoptou um critério uniforme que seja utilizado por todos.

² Devido à existência de várias formas de designação para a mesma pessoa, para a mesma associação, para a mesma instituição, ou para o mesmo sítio, a biblioteca tem que optar pela designação principal para organizar o arquivo. Por isso, existe um ficheiro mestre onde entram as principais designações. Nos dias de hoje torna-se imperativo criar um ficheiro mestre em que se faça uma unificação de toda a terminologia utilizada nas traduções de Chinês para Português e de Português para Chinês.

5. PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMPONENTE SOCIAL

Os serviços públicos, os estabelecimentos de diversos graus de ensino e as restantes entidades devem dar uma maior importância às bibliotecas, reconhecer o seu lugar no ensino e criar mais núcleos de bibliotecas e salas de leitura, para que se tornem num efectivo centro académico e de ensino privilegiado dirigido aos adultos e até para consulta, na generalidade e na especialidade, para o público em geral.

As bibliotecas devem dispor de suficiente informação e serem promovidas com conceitos de *Marketing* com vista a desenvolverem as suas funções sociais.

6. ELABORAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL E PADRONIZAÇÃO

Embora não conste na Lei Básica nenhum artigo que se refira concretamente às actividades bibliotecárias, temos que criar, com a maior brevidade, legislação que regule a actividade bibliotecária em Macau, a actividade dos bibliotecários e a criação de uma estrutura bibliotecária mais equilibrada, observando a experiência da legislação chinesa e dos países orientais mais avançados. Toda esta legislação a criar deverá observar o espírito da Lei Básica e ter em conta a uniformização de toda a actividade bibliotecária no Território, como também elaborá-la de modo a que a internacionalização seja possível e fácil.

7. ALARGAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO DOS QUADROS DO PESSOAL DAS BIBLIOTECAS

As actividades bibliotecárias só entrarão na sua fase de maturação quando conseguirem desenvolver e estabilizar a sua função social, quando todas as actividades estiverem ligadas entre si e com uma uniformização perfeita. Nessa altura, achamos que será necessário um órgão coordenador para os serviços da Biblioteca Central, de outras bibliotecas públicas, bibliotecas temáticas e de ensino em geral e universitário, com vista a um planeamento efectivo das actividades bibliotecárias de Macau dependentes dos recursos existentes. O aumento da especialização, o aumento da qualidade dos serviços e uma maior diversificação dos serviços exigirão naturalmente o alargamento dos quadros do pessoal.

8. INTENSIFICAÇÃO DA LIGAÇÃO E COLABORAÇÃO COM AS ÁREAS BIBLIOTECÁRIAS DA CHINA E DO ESTRANGEIRO

As bibliotecas de Macau devem continuar a reforçar os seus contactos com as congéneres (que incluem cursos nesta especialidade) da China e de outros países, estudar novas formas de colaboração e de troca de experiências e de introdução de novas tecnologia, para assim garantir um aumento da qualidade profissional e acompanhar o ritmo do desenvolvimento social.

V — PREOCUPAÇÕES DOS BIBLIOTECÁRIOS

Em face da incerteza política com a transferência da administração de Macau para a China em 1999 e, apesar da promessa de «um país, dois sistemas», os bibliotecários de Macau têm, de uma maneira geral as seguintes dúvidas:

1. AUTONOMIA NA ESCOLHA DE LIVROS

Estão preocupados se terão autonomia na escolha de livros. Após 1999, como será a liberdade dos leitores? As publicações em português ou de ideias diferentes sobreviverão nas bibliotecas? As bibliotecas receberão, em grande quantidade, publicações como panegíricos de natureza política?

2. AUTONOMIA NAS POLÍTICAS SEGUIDAS SOBRE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

Outro problema que merece a nossa atenção refere-se aos sistemas de funcionamento da classificação, tematização, indexação, catalogação e à *Machine Readable Catalog* da China que são diferentes dos actualmente adoptados em Macau. Haverá após 1999 uma reforma funcional nas bibliotecas de Macau com a introdução do sistema praticado na China e tornar-se-ão inválidas todas as políticas específicas e especializadas seguidas no Território? Haverá interferências nesta actividade de modo a que os bibliotecários do Território deixem de ter autonomia no exercício das suas funções?

3. AMEAÇA AOS BIBLIOTECÁRIOS PROFISSIONAIS LOCAIS

Tal como é preocupação noutras ramos de actividade, o problema da importação de mão de obra não residente, após 1999, também o é para os bibliotecários. A pretexto da falta de técnicos especializados no Território, poderá haver uma importação de mão de obra de técnicos não residentes que ao ocupar os lugares existentes irão, no futuro, prejudicar os trabalhadores residentes. Se tal acontecer, as oportunidades agora existentes deixam de proporcionar novos postos de trabalho ou a ascensão dos já existentes.

4. REGIME DE AUTO-SUFICIÊNCIA

Na China, a actividade bibliotecária rege-se por um regime de auto-suficiência. Tem por objectivo angariar receitas que permitam a valorização dos seus funcionários e ao mesmo tempo diminuir as despesas inerentes à actividade. Com este sistema deixaram as bibliotecas de receber ajuda financeira do Governo Central passando assim a ter a sua própria autonomia financeira. Por este motivo verifica-se a comercialização de uma determinada parte dos serviços, passando o objectivo

principal a ser a cobrança dos serviços prestados. Em virtude deste facto, a qualidade dos serviços é baixa, situação esta que preocupa os bibliotecários do Território caso tal sistema seja adoptado em Macau no futuro.

VI — CONCLUSÃO

A pouco mais de dois anos da transferência da Administração de Macau para a China, existem muitos projectos a desenvolver na área bibliotecária. Sabemos que os valores culturais só se obtêm com projectos a longo prazo; por isso, as políticas culturais definidas têm que ser adequadas com bases no futuro contexto da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, políticas estas que deverão ser preparadas e implementadas o mais rapidamente possível. Esperamos que a Administração, os grupos empresariais e as restantes individualidades se empenhem e prestem mais atenção a esta actividade. Para uma situação ideal, o número elevado de volumes é importante, mas a formação profissional também é um factor imprescindível.

O público deve ser conhecedor na situação real do problema. Antes de reclamar a falta de livros nas bibliotecas deve aperceber-se de que a falta de verbas para a sua aquisição é o factor principal para que eles não existam em maior número. Também quando reclamar por uma maior variedade de serviços deve inteirar-se que o número de profissionais é insuficiente, não permitindo que o leque de opções seja alargado.